

Ata nº 154

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e vinte seis, na sua sede da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, sito na Rua Eça de Queirós, número três, primeiro andar, 1050-095 Lisboa, reuniu em Assembleia Geral em sessão Ordinária. A Assembleia Geral, funcionou em primeira convocatória, à hora marcada, pelas dez horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura e votação da ata da última Assembleia Geral;
2. Análise, discussão e votação do relatório e Contas da Direção relativo à época desportiva de 2025;
3. Outros assuntos de interesse para a modalidade;

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelos Secretários Manuel Ferreira do Carmo e Carlos Alberto Urrice Domingues e Ana Cláudia Fernandes.

Estiveram presentes os Delegados distribuídos da seguinte forma:

Representantes dos Clubes:

- Altino Fernando Oliveira Lopes
- Carlos Fernando da Silva Santos
- José Augusto Silva Oliveira
- Messias José Bruno Oliveira
- Rui Emanuel Silva Oliveira (vídeo conferência)

Representantes dos Juizes:

- António da Silva Barbosa

Representantes dos Praticantes:

- José Duarte Jesus Fernandes (vídeo conferência)
- Marco Paulo Lopes Gabriel (vídeo conferência)

Representantes das Associações:

- João Paulo Conceição Patrício – 1ªARPDR
- Álvaro José Ribeiro Inês - ARCPD
- Júlia Maria Rodrigues Ferreira – APDRAM (vídeo conferência)
- Serafim Mário Martins Sá Pereira - APDVC
- António Domingos Combadão Ramalho – ARBAPD

Faltas Justificadas:

- Carlos José Santos Lopes – ARPDAlg
- Manuel Joaquim Garcez Trindade - APTA
- Nuno Rafael Mendes Barbosa – Rep. Praticantes
- Paulo Sérgio Santos Ruivaco – Rep. Praticantes
- Pedro Henrique Raimundo Lopes – Rep. Praticantes
- António José Pestagem Nunes – Rep. Clubes ARBAPD

Não Justificaram a falta:

- Bruno Gonçalo Carvalho – Rep. Clubes ARBPD
- Luis Miguel Silva Ramos – Rep. Clubes ARCPD
- Nelson Joaquim Figueiredo Araújo – Rep. Clubes APDRAM
- Pedro Manuel Santos Vilela – Rep. Clubes 1ªARPDR
- Pedro Miguel Levezinho – Rep. Clubes ARCPD
- Rui António Jesus Patarra – Rep. Clubes ARPDABL
- Maria Alice Godinho Sampaio – Rep. Praticantes
- Paulo Jorge Miranda da Silva – Rep. Praticantes
- José Alberto Ribeiro Castro Silva – Rep. ARNPD
- José António dos Santos Carvalho – Rep. ARBPD
- José Manuel Teixeira Santana – Rep. ARPDABL

Estiveram ainda presentes nesta Assembleia, o Presidente da Federação, Carlos Baptista, o Vice-presidente da área de Mar Arlindo Crista, a Vice-Presidente Financeira, Rosa Cristino e os vogais: Ana Paula Simões, Ruben Fernandes e Paulo Fangueiro.

Em primeiro lugar foi dado conhecimento aos delegados da Assembleia Geral, que o Sr. Presidente da Mesa, não podia estar presente na referida Assembleia, por motivos pessoais, pelo que os Srs. Secretários, constituíram a mesa e solicitaram a colaboração da funcionária Ana Cláudia Fernandes, para completar a mesa.

O Sr. Manuel do Carmo, deu a conhecer que a ARNPD e a APTA, nomeou novos representantes às Assembleias Gerais, uma vez que houve eleições. Assim, os novos representantes da ARNPD, é o Sr. José Alberto Ribeiro Castro Silva e da APTA é o Sr. Manuel Joaquim Garcez Trindade.

De seguida o Sr. Secretário Carlos Urrice, informou que a data da ata nº 153 não estava correta, pelo que solicitava a sua retificação. Desta forma deveria ler-se 29 de Novembro, em vez de 15 de Março.

O Dr. Alberto Soares, Presidente do Conselho Fiscal, solicitou a palavra, para apresentar o seu sócio Ivo Matias, perguntou se os senhores delegados se opõem à sua presença na Assembleia Geral, até porque de futuro poderia ser o Dr. Ivo Matias, a representá-lo em futuras Assembleias Gerais.

Todos os delegados concordaram com a presença do Dr. Ivo Matias e o Sr. Manuel do Carmo, começou por perguntar se todos os delegados tinham recebido a última ata e se havia necessidade de se proceder à leitura da mesma ou se dispensavam a leitura. O delegado Álvaro Inês, começou por informar que a ata continha inverdades e solicitou a sua correção, quando mencionam na ata que a ARCPD, não tinha Presidente. Afirmou não ser verdade. Comunicou ainda que no dia 07 de Outubro houve uma Assembleia Geral, e os clubes que fazem parte da ARCPD, concordaram que não havia necessidade de haver eleições.

Afirmou ainda que até ao momento não existe qualquer problema na ARCPD, até porque o Presidente não se demitiu. Logo nunca foi comunicado à F.P.P.D., que a ARCPD estaria sem direção.

Posto isto, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Direção da F.P.P.D., Sr. Carlos Baptista, que informou, que a pedido do Sr. Presidente da ARCPD, foi solicitada uma reunião durante o mês de agosto, onde estiveram presentes os Srs. Dr. Fanha Vieira, Sr. Carlos Mata, Sr. Álvaro Inês, Sr. Cláudio Ricardo, Sr. Carlos Batista e Sra. Rosa Cristino, onde o Sr. Presidente da ARCPD, informou os presentes que tinha pedido a demissão do cargo de presidente porque iria para o Brasil durante uns tempos e nesta sequência queria resolver a questão da dívida da ARCPD para com a FPPD, para ficar com as contas da ARCPD resolvidas. Esta comunicação se bem que verbal, foi a única que a Federação nas pessoas do seu Presidente Carlos Baptista, a Vice-Presidente Rosa Baptista e o advogado Dr. José Fanha tiveram conhecimento. A haver alguma inversão a esta posição nunca a FPPD foi informada de tal.

Em janeiro, no início desta nova época e tendo a FPPD necessidade de saber quem iria assinar o contrato Programa 2026 entre a ARCPD e a FPPD, o Presidente Carlos Baptista solicitou telefonicamente ao Presidente da Assembleia Geral da ARCPD Eng. João Vizinha, que informasse quem seria a pessoa em nome da ARCPD que iria assinar o referido Contrato Programa? - Tendo recebido a resposta que seria o Sr. Álvaro Inês a assinar o referido documento, pois mantinha-se como Presidente.

No dia seguinte, a FPPD solicitou ao Presidente da AG da ARCPD formalmente esta informação.

O Sr. Presidente da F.P.P.D., comunicou ainda que o que respondeu na última Assembleia Geral a pedido de um dos delegados, foi o que tinha conhecimento naquela altura baseada na informação que tinha recebido do Presidente da ARCPD, pelo que a ata nº 153, não será alterada.

Esclarecido este assunto o Sr. Manuel do Carmo, coloca a ata nº 153 a votação, tendo obtido a seguinte votação: Aprovada por maioria com um voto contra.

De seguida entrou-se no ponto nº dois da convocatória, tendo o Sr. Carlos Urrice, lido o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – 2025.

O Sr. Manuel do Carmo, se seguida deu a palavra ao Dr. Alberto Soares, que reiterou o parecer do conselho fiscal e informou que o Relatório e Contas - 2025, encontra-se em condições de ser aprovado.

De seguida o Sr. Presidente da Direção, voltou a referir que a federação continua a receber do Estado Português, noventa e seis mil euros. Esta verba como é do conhecimento de todos foi reduzida na altura da Troika e nunca mais voltou a ser restituída, como foi prometido. Informou ainda que solicitou uma reunião ao Sr. Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, que está agendada para o dia 28 de Abril. Tem esperança que nesta reunião possa fazer ver ao IPDJ, que a verba que nos é atribuída é diminuta, para a gestão da Federação. Referiu ainda, que numa reunião havida com o Comité Olímpico de Portugal, na qual participou, foi informado que iria haver um aumento na ordem dos 60 milhões de euros para o desporto, mas até ao momento nada se verificou.

Reforçou uma vez mais que são as organizações Internacionais, que de alguma forma acabam por ser determinantes no financiamento da F.P.P.D..

Referiu ainda que a F.P.P.D., tem tido alguns gastos adicionais, com processos interpostos à FPPD em tribunal, exemplo disso os processos do Sr. João Taborda, que além do tempo que se perde, acarretam gastos desnecessários.

O Presidente Carlos Baptista, deu ainda conhecimento aos delegados presentes, de uma situação que neste momento está a preocupar a F.P.P.D., que é o fato de termos recebido por parte do ICNF/APA, um comunicado no mês de março, a limitar a quantidade de engodo e asticot, na Barragem de Montargil. Esta barragem é o local que está designada à Federação Internacional, para receber dois Campeonatos do Mundo, no próximo mês de outubro e com estas limitações, a F.P.P.D., vê-se obrigada a rever a situação da organização destes mundiais, podendo mesmo ter de abdicar da sua realização, facto que seria gravíssimo perante o Organismo Internacional.

O delegado João Paulo, perguntou se a situação da atribuição das verbas era transversal a todas as federações, ou se era só com a nossa. O Sr. Presidente Carlos Baptista, respondeu que neste momento não consegue ter uma resposta concreta, dando mesmo o exemplo da federação de alto mar, que acaba por ter menos praticantes, mas que percentualmente acaba por receber mais que a nossa federação.

Esclarecidas as dúvidas sobre os assuntos relacionados com o relatório e contas, o Sr. Manuel do Carmo, colocou o Relatório e Contas – 2025, a votação, tendo sido aprovado por maioria e com um voto contra.

Antes de entrarmos no ponto número três da ordem de trabalhos o Dr. Alberto Soares e o Dr. Ivo Matias, solicitaram autorização aos delegados da Assembleia Geral, para se ausentarem da mesma.

Entrando no ponto número três da ordem de trabalhos, outro assunto de interesse da modalidade, o delegado António Combadão, tomou da palavra, e começou por lamentar que o Vice-Presidente da Área de Doce, não estivesse presente na Assembleia Geral da F.P.P.D., uma vez que estava em Mérida, numa prova de pesca desportiva, quando existem assuntos do interesse da modalidade para serem debatidos.

Informou ainda que tem encontrado algumas dificuldades com nova plataforma da FPPD, nomeadamente com a situação da emissão dos cartões. Pediu ainda esclarecimento sobre uma prova internacional de Achigã – Patos, na África do Sul e referiu ainda que existe a coincidência de uma prova da Bass Nation, com uma da ARBAPD.

O Sr. Presidente da Direção, passou a palavra ao vogal Paulo Fangueiro, que esclareceu as dúvidas sobre a plataforma e que informou que a mesma ainda está em fase de desenvolvimento, solicitando que todas as anomalias que as pessoas detetem façam chegar através do email: informatica@fppd.pt. No que diz respeito à prova internacional de patos, o Presidente informa, que essa prova não faz parte do calendário internacional da FIPS e sobre a coincidência de datas das provas da Associação e da Bass Nation, teria de se falar com o Miguel, para se ver esta situação, porque desde logo tinha ficado combinado, que só se validavam regulamentos de clubes, após a aprovação dos calendários associativos.

O Delegado António Combadão, solicitou ainda a F.P.P.D., tenha alguma atenção ao nº mínimo elegível para formar as seleções nacionais. Como todos sabem a Seleção Nacional, torna-se um incentivo para manter os jovens à pesca. Informou ainda que a pista de Santa Margarida, tem hipóteses de reabrir.

O Sr. Presidente, da F.P.P.D., diz que compreende que as Seleções Nacionais, podem ser um incentivo, mas também não faz sentido os campeonatos nacionais terminarem com seis pescadores, assim já têm garantido a sua presença na seleção e acabam por não se esforçar e aperfeiçoar a sua performance.

O Delegado António Barbosa, informou que tem tido alguma dificuldade com a plataforma, nomeadamente na inscrição de pescadores recreativos, na emissão de recibos em nome de outras entidades que não sejam os clubes, emissão de listagens de atletas por clubes, etc...

Solicitou ainda que seja revista a marcação do campeonato nacional que está a coincidir com o feriado de todos os santos (1 de novembro). Deixou ainda uma chamada de atenção para a forma como estão formados os Campeonatos Nacionais de Feeder, sendo que na sua opinião a 1ª forma que foi apresentada às Associações Regionais, seria a mais correta. Gostaria ainda de referir que as provas de sábado deveriam de ter início da parte da tarde, como era antigamente, assim dava hipótese das pessoas se deslocarem no sábado, poupando dormidas, alimentação, etc... Referiu ainda que há necessidade de ver bem a situação da Barragem da Teja, por causa do edital e da época de defeso.

O Sr. Presidente da F.P.P.D., tomou em conta todas as propostas apresentadas pelo delegado António Barbosa, e referiu que já falou com a autarquia sobre a Barragem de Teja e já está equacionado a alteração do edital.

O Delegado João Paulo Patrício, pede compreensão sobre a situação dos Campeonatos Nacionais de Jovens, no que diz respeito à formação das Seleções Nacionais. Foi ainda entregue um requerimento à mesa da Assembleia Geral, sobre este assunto, que o Sr. Manuel do Carmo, colocou à votação dos delegados a sua leitura ou não, mas depois de analisado convenientemente, achou por bem deixar este assunto para uma assembleia geral futura, uma vez que o documento, não vinha em papel timbrado do clube, nem tinha o carimbo do clube, estado apenas com uma assinatura que não era identificativa do órgão.

O Presidente da F.P.P.D., em relação a este assunto lamentou que esta requerimento não tivesse sido enviado diretamente à Direção da F.P.P.D..

O delegado Carlos dos Santos, referiu que continua a verificar que existem campeonatos nacionais que continuam a dar prejuízo, referiu ainda tem alguma dificuldade a utilizar a plataforma no que diz respeito às inscrições em campeonatos, uma vez que não está muito perceptível a data das inscrições dos campeonatos nacionais. Referiu ainda que não concorda com o nº de apuramento do método de hond't do campeonato nacional de pesca à boia – mar.

Em resposta ao Sr. Carlos Santos, foi explicado que existem campeonatos que não tem receitas, que é o caso dos jovens, logo não podem dar lucro. Em relação à plataforma foi mais uma vez dito que está em fase de desenvolvimento. Em relação ao apuramento do método de hond't foi explicado que os atletas faltosos e que não terminem os campeonatos não contam para apuramento.

O delegado Álvaro Inês, que com a modernização da Federação, houve uma inversão com a implementação da plataforma, sendo: atleta/clube/Federação/Associação. Neste momento as repescagens estão a ser efetuadas diretamente aos atletas, e isso não pode acontecer. Informou ainda se analisarmos bem o processo houve um aumento de 30% e deixou de haver cartão. Neste momento a FPPD não fica com 50% e as Associações com 50% das receitas das revalidações, e depois ainda responsabiliza as associações em angariar mais praticantes. Informou ainda que a ARCPD, não tem condições para organizar provas da FPPD e que também não concorda com os moldes como são efetuadas. Recorda ainda que as receitas das inscrições dos Campeonatos Nacionais da 3ª Divisão – Zona Sul, são das Associações Regionais, e que já houve uma prova e as Associações ainda não receberam qualquer verba.

O Presidente da F.P.P.D., informa que a nossa Federação era a única com Estatuto de Utilidade Publica Desportiva, que não recebia os valores referentes a inscrições e revalidações dos pescadores e dos clubes e das inscrições em campeonatos nacionais, estando o processo invertido, A Federação é que subsidia as Associações Regionais, conforme mencionado no contrato programa, e onde está bem explícito que as Associações têm deveres e obrigações.

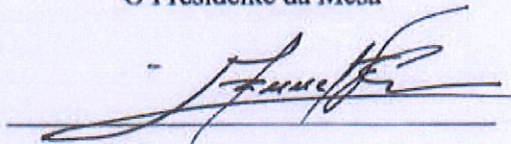
O Delegado Álvaro Inês, lê um excerto do contrato programa, e reafirma que em lugar algum a Associação, tem que organizar provas da Federação.

O Delegado Serafim Pereira, informa que gostaria que a Federação desenvolvesse uma ação de formação na zona de Viana de Castelo, conforme fez noutras zonas do País, até porque em Outubro irá haver um Campeonato do Mundo, naquela zona.

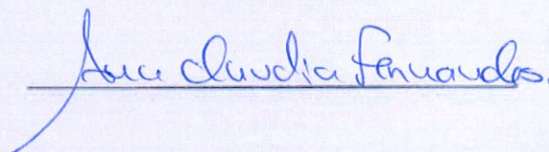
Nada mais havendo a tratar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, lamentou a reduzida adesão de delegados e desejou um bom regresso a casa.

A Assembleia Geral terminou pelas 12 horas e 45 minutos.

O Presidente da Mesa



O Secretário



O Secretário

Assinado por: Carlos Alberto Urrice Domingues
Num. de Identificação: 09590960
Data: 2026.04.08 14:40:36+01'00'